

O estudo tem por escopo analisar a representação que os técnicos do sistema penitenciário forjam acerca do criminoso e os valores por eles acionados para legitimarem seu discurso na construção de um saber criminológico. Desde uma perspectiva etnográfica, tem-se por intenção verificar quais os elementos considerados mais relevantes por estes profissionais no agir ou na trajetória do preso, que serão utilizados para avaliar se este será ou não considerado apto para cumprir a pena em regime de semiliberdade. Partindo-se da análise dos laudos de processos de condenados por tráfico de drogas e de entrevistas com psicólogos e assistentes sociais, o estudo problematiza a utilização do discurso científico como prática de saber-poder e a participação destes profissionais no exame e normalização desta parcela da população. Constata-se a partir do material coletado a presença de um discurso marcadamente voltado ao julgamento moral das práticas sociais do detento, bem como um posicionamento etnocêntrico quanto à sua forma de organização social ou familiar. Além disso, percebe-se um espaço de tensões, na medida que os operadores jurídicos buscam respostas que encontram-se para além das possibilidades dos técnicos, sejam por limitações científicas ou institucionais, sejam por mecanismos utilizados pelos presos como meio de obter um parecer favorável, evidenciando nas práticas legais cotidianas a falência da perspectiva ressocializadora da pena de prisão, ainda presente nas normas que regulam a execução da pena no Brasil.